

POPULAÇÃO E FAMÍLIA NA FREGUESIA DE SANTA JUSTA DE COIMBRA NOS SÉCULOS XIII A XV

Maria Amélia Álvaro de Campos

Universidade de Coimbra

melicampos@gmail.com

Resumo

No início desta análise colocaremos o enfoque nos dados que nos fornece o Numeramento de 1527 sobre a cidade de Coimbra. Este documento constitui a fonte mais antiga para o estudo da população global dessa cidade e coloca-nos, desde logo, perante um quadro de distribuição populacional revelador da preferência das gentes pelo arrabalde citadino, em detrimento da Almedina.

A partir destes dados, colhidos no início do século XVI, apresentaremos uma abordagem retrospectiva sobre a população dessa cidade na Baixa Idade Média, centrando-nos especialmente na freguesia de Santa Justa. Mais do que uma análise quantitativa da população da cidade e dessa paróquia, procuraremos problematizar a distribuição populacional, dando uma especial relevância aos motivos da escolha do arrabalde.

As características do seu território fazem-nos supor que, nesse subúrbio, Santa Justa seria uma das células urbanas que concentrava mais gente. Na impossibilidade de apresentar valores quantitativos fiáveis, deter-nos-emos especialmente em aspectos como a distribuição da população dentro da cidade; a evolução da ocupação do território dentro da freguesia de Santa Justa de Coimbra; a caracterização quantitativa e qualitativa das habitações dentro da freguesia de Santa Justa; a identificação e caracterização das unidades familiares.

Para o historiador da Idade Média, assim como para o de períodos mais recuados, estudar a população, só muito raramente, poderá resultar na apresentação de cifras, mesmo que aproximadas, de habitantes, fogos e/ou famílias. Tendo em conta o panorama das fontes medievais disponíveis para a cidade portuguesa, a inexistência de registos paroquiais¹, redigidos de forma serial e continuada, a escassez e intermitência da produção de registos fiscais², nos quais se assentavam os homens e/ou os fogos, não nos permite falar de números.

Ainda assim, a ponderação de características como a localização das freguesias de Coimbra; a sua área territorial; e o valor dos seus rendimentos, entre outros elementos,

¹ A obrigatoriedade do registo dos baptizados e matrimónios foi regulamentada para toda a Cristandade, por decreto do Concílio de Trento, datado de 11 de Novembro de 1563. Mais tarde, por bula de Paulo V, a 17 de Junho de 1614, estipulava-se também o registo dos óbitos. Todavia, num caso como no outro, a prática desses assentos verificava-se, em grande parte dos países da Europa ocidental, já em data anterior. No caso português, que aqui mais nos interessa focar, os primeiros registos paroquiais conhecidos terão sido produzidos na freguesia de Santiago de Coimbra, a partir de 1510. Na década de trinta desse século eram também frequentes, no arcebispado de Lisboa, os assentamentos de matrimónios. Assim, quando em Agosto de 1536, o cardeal-infante D. Afonso promulga uma constituição diocesana, pela qual se instituía os registos paroquiais de casamentos e baptizados, esta medida representava, por essa época, uma forma de sancionar e uniformizar uma prática relativamente usual em algumas freguesias do reino (Merêa 1960: 287-291 e Alcochete 1981: 258-260).

² Um exemplo da articulação de fontes de natureza económica e fiscal para a tentativa de cálculo demográfico, pode ser colhido em Menjot 2002: 380-386.

permitem-nos propor níveis de povoamento diferentes dentro dessa cidade. Com efeito, durante os últimos cinco anos, ao estudarmos a colegiada e paróquia de Santa Justa na Idade Média (Campos 2012), apercebemo-nos de que esta seria uma das circunscrições mais povoadas do núcleo urbano coimbrão. Sem possuímos dados que nos possibilitem apresentar quantitativos, pretendemos com este trabalho fundamentar essa percepção, através da problematização dos indicadores populacionais e da apresentação de um quadro comparativo das diferentes freguesias da cidade.

A primeira e mais fidedigna fonte para o conhecimento da população de Coimbra é o Numeramento de 1527, ordenado por D. João III e realizado, em Coimbra, por Jorge Fernandes, escrivão da chancelaria da comarca da Estremadura, a partir de 1 de Agosto de 1527 (Freire 1906: 243)³. Os números resultantes desse inquérito, no que diz respeito à cidade de Coimbra, revelam a existência de 1329 vizinhos, sendo que 370 viviam na Almedina e 839 residiam no arrabalde⁴. Na leitura que António de Oliveira faz desta fonte, são vários os episódios que apresenta para fundamentar a anterioridade deste desequilíbrio, visível no povoamento dos dois espaços urbanos (Oliveira 1971: 150-160).

Com efeito, o arrabalde parece ter sido desde cedo o território mais apetecido para a fixação das populações coimbrãs, assim como para a organização dos entrepostos comerciais e das feiras (Coelho 1994). Pesem embora os esforços reiterados do poder régio para que tal não acontecesse⁵, o espaço íngreme e espartilhado da Almedina foi, desde cedo, preterido relativamente ao mais amplo território do arrabalde, mais conveniente pela sua proximidade do rio e dos principais caminhos viários. Na verdade, retomando as reflexões de António de Oliveira na sua obra sobre Coimbra entre 1537 e 1640, notamos que o autor cita Amorim Girão para sublinhar que o desenvolvimento urbano dessa cidade, em detrimento do de outros povoados proto-históricos da região, se compreende por esta se encontrar no cruzamento de caminhos. Assim, diz António de Oliveira: «Força

³ Vários trabalhos têm dado um enfoque privilegiado a esta fonte. Ver, entre muitos outros, Dias 1996 e Daveau 2001.

⁴ Ver gráfico 1.

⁵ Desde o século XIII, são vários os exemplos da actuação do monarca no sentido de fixar populações e actividades no intramuros da cidade de Coimbra. Assim aconteceu, por exemplo, relativamente à feira. Pelo menos desde 1269, Coimbra tinha um mercado semanal que se realizava nas casas do rei, na Alta. Por sua vez, D. Fernando (1377) concedeu uma feira franca anual que deveria ocorrer no curral dos paços régios. Nestes dois momentos, os monarcas implementaram esta actividade na Almedina, com o intuito de evitar a desvitalização deste espaço. Todavia, as dificuldades resultantes da logística necessária à realização deste mercado no interior da cerca, deram origem a uma série de queixas e, consequentemente, à transferência dessa actividade comercial, num caso como no outro, para o subúrbio da cidade (Coelho 1994: 20-24). Por sua vez, dadas as várias ofensivas bélicas que arrasaram o país durante o seu reinado, D. Fernando encorajaria, por via da concessão de privilégios, mas também por via da imposição, o repovoamento dos territórios amuralhados, em algumas cidades do reino (Trindade 2009: 164). Tais medidas que tinham como principal objectivo o fortalecimento das garantias de segurança das populações viriam a encontrar, igualmente, várias resistências. Em Coimbra, despoletariam, por exemplo, conflitos de natureza eclesíastica, nomeadamente questões sobre a jurisdição paroquial (Campos 2012: 57-59).

polarizadora de povoamento, os caminhos fizeram descer a colina, extravasar o recinto fortificado. De facto, foi no arrabalde que se estendia, no século XVI, da Portagem em direcção a Água de Maias que se fixou a população extramuros» (Oliveira 1971).

Quadro verificável na centúria de Quinhentos, com relevância para este estudo por remontar a séculos anteriores. Na verdade, o povoamento do arrabalde correspondente à “face ocidental” da muralha⁶ foi perceptível em período pouco posterior à conquista definitiva de Coimbra em 1064 e, portanto, anterior à fundação do Mosteiro de Santa Cruz em 1132⁷. Desvalorizada a função principal da cerca, ou seja, a defesa das gentes em tempos de conflito militar, de conquista e reconquista de território, grande parte da população fixou-se junto ao rio, em torno do traçado da antiga via romana.

Os séculos XII e XIII, constituíram um período de crescimento populacional na região de Coimbra (Coelho 1989: 12-23). Dentro da cidade, esse facto, aliado às normativas eclesásticas veiculadas pela reforma gregoriana que se tentava impor na Península, ditaram a progressiva organização da rede paroquial (Costa 1997-2000: 357). Assim, enquanto no século XI, a população coimbrã estava vinculada a uma única paróquia – a da Sé (Merêa 1941: 54) – no século XIII encontramos cinco paróquias na Almedina⁸ e quatro paróquias no arrabalde⁹. No ano de 1139, com a fundação da paróquia de Santa Cruz, fixam-se as circunscrições paroquiais das freguesias limítrofes de Santa Justa e Santiago. Junto à ponte, localizava-se a paróquia de S. Bartolomeu. No interior da cerca, as jurisdições paroquiais ganhariam forma também por esta altura. Não temos grandes dúvidas quanto ao facto de a definição das nove paróquias de Coimbra, neste período, resultar do aumento populacional¹⁰. Mais difícil será demonstrar os diferentes níveis de povoamento entre elas.

Durante o século XIV, a análise dos tributos cobrados às paróquias de Coimbra, calculados mediante os rendimentos evidenciados por cada uma delas, dão-nos, em primeira instância, uma imagem dos diferentes níveis de riqueza de cada uma destas igrejas. No entanto, numa segunda análise, se equacionarmos o peso que o dízimo assumia nesses rendimentos, estes registos permitem-nos inferir acerca dos diferentes quantitativos de paroquianos que o pagavam.

⁶ Note-se que a encosta Nascente de Coimbra permaneceu ruralizada até à Época Contemporânea (Rossa 2006).

⁷ Jorge de Alarcão defende que o local onde se instalou o Mosteiro de Cónegos Regrantes de Santa Cruz de Coimbra demonstrava, na entrada do século XII, um foco de algum povoamento (Alarcão 2008: 155).

⁸ As paróquias de Santa Maria da Sé; de S. João de Almedina; de S. Salvador; de S. Pedro; e de S. Cristóvão. Ver imagem 1.

⁹ As paróquias de S. Bartolomeu; de Santiago; de S. João de Santa Cruz e de Santa Justa.

¹⁰ Segundo Ângela Beirante «a criação de uma paróquia é a consequência, e não a causa, do povoamento» (Beirante 1995: 55).

Para a ponderação destas questões, assume especial relevância a lista das igrejas do reino de Portugal, produzida em 1320 (Almeida 1971). Por bula datada de 23 de Maio desse ano, o papa João XXII dava um décimo das rendas eclesiásticas do reino, ao monarca português, para ajuda na luta contra a ocupação muçulmana (Mattoso 1985: 51; Rodrigues 2006: 73). Para realizar o cálculo do montante a auferir, D. Dinis constituiu uma comissão que inquirisse a totalidade das igrejas do reino e registasse os diferentes valores, calculados com base nos rendimentos evidenciados nos últimos dez anos. Deste processo, resultou uma fonte completa, através da qual conhecemos quase todas as paróquias do reino, à excepção das que estavam sob jurisdição dos mosteiros, isentas da autoridade episcopal e das que estavam sob jurisdição das sedes diocesanas.

A ponderação dos valores relativos às igrejas da cidade de Coimbra revela que as paróquias do arrabalde detinham maior riqueza do que as da Almedina. Enquanto as paróquias da Alta entregariam, em média, cerca de 330 libras, as do arrabalde doariam 660¹¹. Outra fonte que nos permite a análise comparativa dos rendimentos das paróquias de Coimbra data de 1344. Nesse ano, o prelado dessa diocese ordenava o registo das contribuições das paróquias da cidade e seu termo para as obras do concelho (Madaíl 1943: 300-305). Os montantes assim registados¹² fazem, uma vez mais, perceber a maior riqueza do arrabalde face à Almedina¹³. Desta feita, a média das contribuições das paróquias do intramuros coimbrão é de 3,5 libras, enquanto que o mesmo quociente, calculado com base nas contribuições das paróquias do subúrbio, atinge mais do dobro desse valor.

Em ambos os momentos – 1320 e 1344 – Santa Justa surge como a freguesia que entregava o montante mais elevado: 800 libras, em 1320; 9 libras, em 1344. Valores superiores ao triplo do que entregava a freguesia de S. Salvador: 250 libras, em 1320; 2,5 libras em 1344. Tal facto comprova a maior riqueza desta paróquia, mas pensamos que também possa indicar um maior povoamento. Do mesmo modo, pelas razões contrárias, o inferior contributo da freguesia de S. Salvador constitui, apenas, mais um indicador da sua fraca ocupação populacional, no século XIV¹⁴. Na realidade, se considerarmos que a riqueza

¹¹ Ver gráfico 2.

¹² Ver gráfico 3.

¹³ Note-se que a ponderação comparativa dos valores fornecidos, por esta fonte, para as igrejas de Coimbra, foi já realizada por Maria Helena da Cruz Coelho (Coelho 1992: 338).

¹⁴ Sobre o povoamento desta circunscrição parece-nos significativo o processo pelo qual aquando da transferência da Judiaria Velha, localizada na actual Rua do Corpo de Deus, para a Judiaria de Santa Justa (c. 1370), na hoje em dia denominada Rua Nova (Alarcão 2009: 21-26), se procurou fixar este bairro na freguesia de S. Salvador, no coração da Almedina (Gomes 2003: 20-22). Tal localização foi rejeitada pelos habitantes dessa circunscrição e a comuna judaica viria a fixar-se no arrabalde norte da urbe. No entanto, essa tentativa, em grande medida desenquadrada do que era a tendência geral de afastamento dos bairros judaicos para as áreas mais periféricas (Coelho 2008: 79-106), compreende-se melhor enquanto forma de contrariar o despovoamento da Almedina, neste caso, da freguesia de S. Salvador.

sobre a qual recaía esta taxa, provinha consideravelmente da recepção do dízimo, podemos propor uma relação de proporcionalidade entre estes tributos e o número de paroquianos adscritos a cada circunscrição e obrigados a aí pagarem esse tributo¹⁵.

Mas a hipótese que aqui desenvolvemos de um maior povoamento desta freguesia assenta, igualmente, na análise da sua área territorial, bem como da sua inserção topográfica, no interior da urbe. Tal como o das outras paróquias do arrabalde de Coimbra, o povoamento de Santa Justa estruturou-se ao longo da antiga via romana que ligava Lisboa a Braga e que, em Coimbra, atravessava o rio Mondego. Este eixo viário, desde Conímbriga, chegava ao vale do Mondego pelo alto de Santa Clara e ganhava o rio por uma descida acentuada. Na margem direita do rio, a via seguia entre a colina e o limite do antigo leito do Mondego. Segundo Vasco Mantas, actualmente o seu traçado sobrevive no percurso de algumas ruas da Baixa: «A partir da Portagem, a via continuava pela Travessa dos Gatos, atravessava a Praça Velha, seguindo pela Rua Eduardo Coelho, Largo do Poço e Rua Direita» (Mantas 1992: 494 e Mantas 1996: 802-807). No seu percurso, definiram-se as paróquias medievais de S. Bartolomeu, de Santiago, de S. João de Santa Cruz e de Santa Justa¹⁶.

A paróquia de Santa Justa era delimitada a Ocidente pela margem direita do rio, a Nascente pela encosta íngreme de Montarroio, a Sul confrontava com as paróquias de Santiago e S. João de Santa Cruz e a Norte manteve, durante toda a Idade Média, terreno para onde se expandir. Dentro do seu território, a Rua Direita, que decalcava o percurso Norte da antiga via romana já descrita, assumia uma função dominadora do urbanismo desta paróquia. Do seu traçado, que determinava o topo Sul do adro de Santa Justa, derivavam as principais ruas desta paróquia. Tal eixo viário – que poderia, também, ser chamado de Rua dos Caldeireiros e de Rua de Figueira Velha – do Largo de Sansão, na fachada do Mosteiro de Santa Cruz, seguia para o Norte, até à Porta ou Arco de Figueira Velha. Por ela se fazia a saída mais setentrional da cidade, representando, a esse nível, a Porta de Figueira Velha um marco territorial, pelo qual a urbe dava lugar a um aro ruralizado que, inevitavelmente, condicionava já a morfologia e a paisagem desse subúrbio (Campos 2010).

¹⁵ Este representava o principal imposto da Igreja cobrado, pela sede de freguesia, sobre o património, o rendimento e a produção de cada habitante da paróquia. O pagamento do dízimo, a comparência e a recepção dos sacramentos numa mesma igreja determinavam a pertença de um cristão à sua paróquia (Gaudemet 1979: 223-224). A este imposto, acrescentava-se, ainda, o pagamento de outros tributos (Curiel Yarza 2009: 113-136).

¹⁶ Sobre este território durante o período medieval, ver Alarcão 2008: 145-155 e Rossa 2001: 280-287.

A análise do património imóvel¹⁷ desta colegiada, localizado nesta freguesia, faz-nos concluir que, nos séculos medievais, a densidade do casario seria menor, na área setentrional da Rua de Figueira Velha e na colina de Montarroio, do que no território circundante do adro da igreja. Contudo, ambos os terrenos integravam a paróquia e representavam a sua maior particularidade, isto é, a sua capacidade de alargamento territorial! Tal análise revela, ainda, diferentes ritmos de ocupação das várias áreas da freguesia. Como o desenvolvimento de um estudo desse género não se coaduna com esta tipologia de trabalho, mais breve, propomos a observação desses ritmos através do inquérito da toponímia.

A análise dos topónimos nesta circunscrição¹⁸ demonstra que neste espaço, denominado, até aos finais do século XII, apenas, por herdade ou rua de Santa Justa, a partir do século XIII, encontramos uma mais detalhada identificação dos locais: Rua de Oleiros; Rua de Figueira Velha; Porta Mourisca; Rua de Caldeireiros. Note-se como, já na centúria de Duzentos, damos conta dos diferentes topónimos que identificavam o traçado da antiga via romana. A partir do século XIV, referenciamos a denominação das ruas circundantes do adro da igreja: Quintal dos Fuseiros, Rua de Quatro Cantos, Rua da Ladra, entre outros. A partir da segunda metade desse século, a referência de topónimos cada vez mais afastados desse adro, caso da Rua de Vale Melhorado e da Conchada, deixa perceber, já por essa altura, a tendência para o crescimento da paróquia para Norte e Nordeste. Nesta cronologia, a paróquia de Santa Justa recebeu, ainda, a Judiaria da cidade e referenciamos, pela primeira vez, a Mancebia que se localizava no extremo Norte, na zona de Figueira Velha. Em síntese, a partir do século XIII, referenciamos, paulatinamente, um maior número de arruamentos, sendo o alargamento do território paroquial perceptível, sobretudo, a partir da segunda metade do século XIV. De resto, a primeira alusão à existência de ruas travessas, reflexo da complexificação da malha urbana (Trindade 2009: 181-185), data de 1330¹⁹.

Mas a prova declarada da tendência de crescimento setentrional deste território urbano de Coimbra, na Idade Média, data de 1567. Nesse ano, em resultado da averiguação dos limites das paróquias da cidade, ordenada pelo bispo e cabido dessa diocese, colocava-se a estrema de Santa Justa por detrás do cume de Águas Vertentes, chegando até à estrada que vinha da Ribeira de Coselhas, junto ao monte da Forca e da ponte de Água de Maias (Garcia 1913: 168-169). Nesse documento dizia-se que as casas para além da ponte de Água de Maias já não pertenciam à referida freguesia. Deste modo, podemos afirmar

¹⁷ Este estudo, feito com base nos contratos de natureza económica, ainda hoje, preservados no acervo arquivístico medieval da colegiada de Santa Justa de Coimbra, pode ser lido com detalhe na III parte da nossa tese de doutoramento (Campos 2012).

¹⁸ Ver quadro 1.

¹⁹ Referimo-nos à Travessa da Rua de Oleiros, ver ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 27, n. 619, 1330 (Maio 19).

que a distância entre a Porta de Figueira Velha, marco simbólico do final desse território, nos séculos XIV e inícios do XV, e a dita ponte configurava uma mancha de crescimento assinalável e, em grande medida, contrastante com a realidade das outras freguesias dessa cidade.

De resto, se relacionarmos a identificação de novos topónimos com os ritmos de ocupação populacional vemos que este não terá parado de aumentar mesmo na segunda metade do século XIV. Na verdade, embora este tenha sido um período de forte contracção demográfica (Coelho 1989: 26-38), é plausível que a paróquia de Santa Justa tenha funcionado como território periférico onde se fixaram populações provenientes do envolvente rural. Isto porque, a partir da segunda metade do século XIV, começamos a encontrar nesta freguesia indivíduos designados por homens de serviço que, no computo geral, representavam 21% da sociedade (Campos 2012: 128)²⁰. Como tem sido demonstrado (Coelho 1989: 69-81), a fixação desta mão-de-obra não especializada nos arrabaldes das cidades, a partir da segunda metade do século XIV, reflectia o abandono dos campos, consequência da grave quebra demográfica e da carestia de mão-de-obra para os amanhar.

Apresentámos a relação dos tributos paroquiais que nos levou a propor um maior povoamento da freguesia de Santa Justa; inquiremos o território desta paróquia para evidenciar a sua capacidade de alargamento e, assim, de crescimento demográfico; questionámos a cronologia das identificações toponímicas, registadas no seu interior; compreendemos, por fim, como, enquanto território urbano de periferia, esta freguesia apresentava atractivos para uma população rural que, na urbe, procurasse novas formas de sustento. Façamos agora um esforço para perceber a organização desse povoamento dentro dessa célula paroquial!

Dentro da cidade medieval, a paróquia representava a primeira unidade de organização das populações mas, no seu interior, era a família que configurava o quadro mais estreito de inserção social do indivíduo. Nos finais do século XIV, pela análise de registos de posse de propriedade da igreja de Santa Justa, do Almojarifado de Coimbra (1395) (Trindade 2002: anexo1) e do Mosteiro de Santa Cruz (1314)²¹, podemos identificar cerca de 125 estruturas habitacionais dentro da freguesia de Santa Justa de Coimbra. Com base num

²⁰ Note-se que, não obstante a sua significativa representatividade no computo global da população caracterizável da freguesia de Santa Justa na Idade Média, a primeira referência a um homem de serviço nesta freguesia data de 1359 (Julho 7), ver ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 27, n. 626.

²¹ Segundo a inquirição dos bens do Mosteiro de Santa Cruz, ordenada pelo bispo e cabido de Coimbra no ano de 1314 (Janeiro 16), ver ANTT / Sé de Coimbra, 2ª incorporação, m. 47, n. 1858.

tombo de propriedade, redigido em 1547²², no qual essa igreja fez registar as características dos imóveis que possuía, percebemos que as estruturas habitacionais, nessa freguesia, tal como era característico da casa corrente não só em Coimbra (Saraiva 1995: 168-170 e Trindade 2002), mas também noutras regiões do país (Ferreira e Grenville 2003), tinham uma área reduzida, de cerca de 43 m², que não se coadunava com a residência de famílias numerosas.

Na verdade, os estudos sobre a família do período tardo-medieval têm demonstrado uma tendência para estruturas familiares conjugais que enquadravam poucos elementos, ou seja, unidades familiares reduzidas, as quais agrupavam, no interior do lar, apenas duas gerações: os pais e os filhos (Franco 2003: 287 e Ferreira 2010: 422-435). A prevalência desta estrutura familiar nuclear é comprovada, também, pelo facto de o período privilegiado para a concessão de um prédio, com características habitacionais ou de tipologia agrícola, durante a Baixa Idade Média, ser de três vidas, ou seja, a vida do pai, da mãe e do descendente directo: o filho ou filha (Campos 2012: 377-383).

São limitadas as fontes que nos permitem caracterizar essas estruturas familiares na paróquia que estudamos. Ainda assim, com o intuito de podermos apresentar mais um indicador sobre as estruturas populacionais da freguesia de Santa Justa, organizámos um quadro com todos os agregados familiares residentes nesta freguesia, durante o século XIV e a primeira metade do século XV²³. Para esse período, referenciámos oitenta e três casais. Número francamente reduzido, desde logo condicionado pela nossa incapacidade de comprovar a residência em Santa Justa de muitos dos enfiteutas dos seus prédios²⁴. Para o conjunto desses casais, apenas podemos conhecer a existência de filhos em seis casos, sendo que quatro casais apresentam apenas um filho e outros dois apresentam três. Tal como a configuração das habitações, também as estruturas familiares que identificámos parecem confirmar a tendência para a constituição de células familiares reduzidas. Por fim, o reconhecimento de onze casamentos em segundas núpcias leva-nos a propor uma forte mortalidade nas camadas jovens da população, fossem femininas ou masculinas.

²² ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, liv. 1, fl. 5- 12v.

²³ Ver quadro 2. Note-se que só a partir dos inícios do século XIV é que começamos a dispor de informação mais detalhada acerca dos fregueses de Santa Justa.

²⁴ Infelizmente, dada a hipótese real da concessão do usufruto dos imóveis poder passar por vários intermediários antes do efectivo concessionário, optámos por só considerar paroquianos de Santa Justa aqueles indivíduos que fossem identificados como residentes no seu território.

Na fase final desta exposição, afirmamos, em síntese, que o nosso conhecimento sobre a população de Santa Justa no período medieval e a sua organização, dentro da paróquia, é incipiente. Ainda assim, pudemos expor alguns dados relevantes para a compreensão da distribuição populacional na cidade de Coimbra e a posição que esta freguesia aí assumia.

Deste modo, a ponderação comparativa dos tributos que as igrejas da cidade pagaram, segundo os seus níveis de rendimento, durante o século XIV, move-nos na defesa de que Santa Justa, com indicadores de riqueza mais elevados, seria a circunscrição territorial mais povoada. Com efeito, a crescer num plano paralelo ao rio, esta era a única paróquia da urbe que podia expandir o seu território. Segundo a análise que aqui explanámos, nem a forte contracção demográfica que caracterizou o Ocidente europeu na segunda metade do século XIV, parece ter refreado essa tendência de alargamento territorial. Isto porque, enquanto paróquia da periferia urbana, Santa Justa terá, por essa altura, acolhido população do meio rural envolvente, a qual desenquadrada e sem mão-de-obra suficiente para continuar a trabalhar os campos se terá refugiado na cidade. Por fim, quando inquirida a sua população sobre a organização familiar, esta paróquia enquadra-se no que era a tendência do seu tempo revelando famílias reduzidas que albergavam, dentro do mesmo fogo, não mais do que duas gerações.

Implantada numa área onde a cidade dava lugar a um anel periurbano – composto por almuinhas, vinhas e oliveiras – Santa Justa terá sido abrigo de populações rurais em tempos de dificuldade; espaço privilegiado de residência das gentes de trabalho; território entre o rural e o urbano, no qual as características de um e de outro espaço se complementavam, num quotidiano comum.

Gráficos e imagens

Gráfico 1. Distribuição da população de Coimbra segundo o Numeramento Geral do Reino (1527)

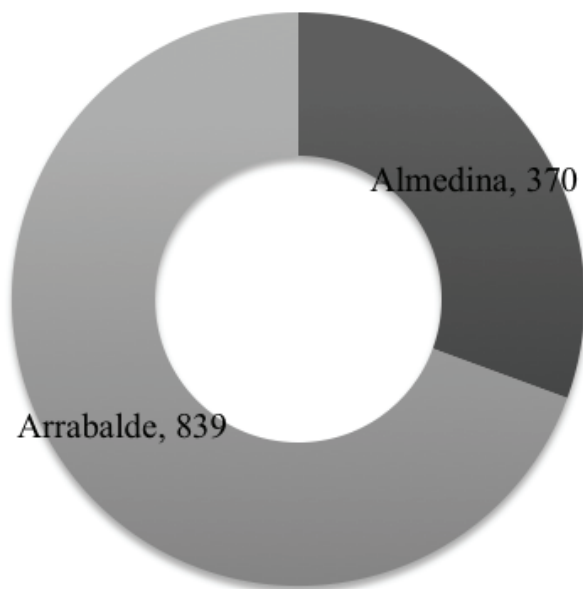


Imagem 1²⁵

Inserção do núcleo urbano da freguesia de Santa Justa no mapa eclesiástico de Coimbra (Idade Média)



LEGENDA

- | | | |
|--|-------------------------------------|-------------------------------------|
| 1. Área do Núcleo Urbano da Freguesia de Santa Justa | 7. Igreja de S. Pedro* | 14. Mosteiro de Santa Cruz |
| 2. Cerca da Almedina | 8. Igreja de S. Cristovão* | 16. Mosteiro de Celas D'Álem Ponte* |
| 3. Água de Runa | 9. Igreja de S. Salvador | 17. Mosteiro de S. Francisco |
| 4. Curso Actual da Ribeira de Coselhas | 10. Igreja de Santiago | 18. Mosteiro de Santa Clara |
| 5. Sé | 11. Igreja de S. Bartolomeu | 19. Mosteiro de S. Domingos* |
| 6. Igreja de S. João de Almedina | 12. Igreja de Santa Justa e Rufina* | |
| | 13. Igreja de S. João de Santa Cruz | |

²⁵ Campos 2012.

Gráfico 2. Comparação dos valores (em libras) correspondentes aos tributos pagos pelas igrejas de Coimbra ao rei (1320-1323)



Gráfico 3. Comparação do tributo (em libras) entregue pelas igrejas de Coimbra ao concelho, para ajuda das obras (1344)



Quadro 1. Evolução das identificações toponímicas na freguesia de Santa Justa de Coimbra

Data da primeira referência	Topónimo	Fonte
1126 (Novembro)	Arrabalde de Santa Justa	ANTT / Cabido Sé de Coimbra, 1ª inc., m. 4, n. 2.
1175	Montarroio	ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, liv. 2, fl. 158.
1185 (Março)	Rua de Santa Justa	ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, liv. 2, fls. 162v-163.
1194	Herdade de Santa Justa	ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, liv. 2, fl. 163v-164.
1217 (Dezembro)	Rua de Oleiros	ANTT / Cabido Sé de Coimbra, 1ª inc., m. 10, n. 19.
1238 (Janeiro)	Lugar de Figueira Velha	ANTT / Cabido Sé de Coimbra, 1ª inc., m. 12, n. 34.
1240 (Outubro)	Porta Mourisca	ANTT / Conv. S. Jorge de Coimbra, m. 6, n. 7.
1242 (Outubro)	Rua de Caldeireiros	ANTT / Cabido Sé de Coimbra, 1ª inc., m. 13, n. 25
1299 (Setembro, 8)	Rua Direita	ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 26, n. 580.
1300 (Junho, 11)	Rua de Palhais	ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 1, n. 105.
1310	Adro de Santa Justa	ANTT / Cabido Sé de Coimbra, 2ª inc., m. 72, n. 2784.
1310 (Agosto, 23)	Quintal dos Fuseiros	ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 1, n. 7.
1310 (Agosto, 23)	Rua de Quatro Cantos	ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 1, n. 7.
1324 (Março, 6)	Porta de Figueira Velha	ANTT / Cabido Sé de Coimbra, 2ª inc., m. 88, n. 4171.
1332 (Outubro, 18)	Rua da Ladra	ANTT / Cabido Sé de Coimbra, 2ª inc., m. 10, n. 192.
1339 (Janeiro, 6)	Vale Meão	ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 9, n. 169.
1350 (Janeiro, 5)	Água de Runa	ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 27, n. 624.
1352 (Maio, 18)	Rua d'Erigos	ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 35, n. 808.
1358	Rua de Cacavellos	ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 11, n. 212.
1359	Rua de Vale Melhorado	ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 26, n. 542.
1374 (Novembro, 11)	Mancebia	ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 11, n. 207.
1384 (Outubro, 27)	Judiaria	ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 27, n. 621.
1407	Rua de Figueiredo	ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 26, n. 556.
1442 (Julho, 18)	Conchada	ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 13, n. 251.

**Quadro 2. Estrutura familiar na freguesia de Santa Justa de Coimbra
(séculos XIV e XV)**

Primeira data de referência	Última data de referência	Marido	Mulher	Filho	Filho	Filho
1310 (ANTT / Cabido da Sé Coimbra, 2ª inc, m. 72, n. 2784)	1322 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 70, n. 2592)	Martim Martins	Domingas do Porto			
1319 (ANTT / Cabido da Sé Coimbra, 2ª inc., m. 20, n. 836)	1368 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 27, n. 622)	João Peres Verlim	Inês Martins	Margarida Anes	Maria Anes	Cristóvão Anes
1326 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 24, n. 473)		Domingos Domingues Gominho	Domingas Pais			
1330 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 27, n. 619)	1339 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 9, n. 169)	Pero Lourenço	Clara Peres			
1332 (Portugaliae Monumenta Misericordiarum, v. 2, n. 190c)	1350 (AUC, Coleg. Santiago de Coimbra, t. I, p. 199, perg. 590)	Pedro Aparício	Joana Peres			
1340 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 36, n. 822)	1352 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 30, n. 696)	Domingos Esteves Mal Rabo	Marinha Pais	Constança Domingues	Maria Domingues	
1345 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 31, n. 702)	1369 (ANTT / Conv. Santana de Coimbra, cx.1, m.1, n. 59)	Afonso Anes (1ªs núpcias) João Rodrigues (2ªs núpcias)	Maria Moreirol	Rodrigo Anes		
1348 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 6, n. 140)	1389 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 21, n. 418)	Soeiro Gago	Marinha Domingues			

1349 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 31, n. 708)	1379 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 26, n. 576)	João Porcalho (1as núpcias) Aparício Domingues (2 as núpcias)	Constança Domingues			
1390 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 27, n. 624)	1395 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 4, n. 95)	Gonçalo Anes de Água de Runa (1as núpcias) Aparício Domingues (2 as núpcias)	Margarida Anes	Cristóvão		
1352 (ANTT / Coleg. Santiago de Coimbra, m. 10, n. 693)		Martim Anes	Maria Domingues			
1352 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 35, n. 808)	1392 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 32, n. 727)	Tomé Peres	Domingas Domingues			
1352 (ANTT / Cabido da Sé Coimbra, 2ª inc., m. 72, n. 2830)	1371 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 20, n. 405)	Domingues Ratinho	Maria Domingues			
1354 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 10, n. 204)		Martim Lopes	Joana Domingues			
1354 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 4, n. 99)	1362 (ANTT / Cabido da Sé Coimbra, 2ª inc., m. 30, n. 1266)	Vasco Afonso	Maria Anes			
1357 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 15, n. 324)	1376 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 26, n. 539)	Gonçalo Anes de Figueira Velha	Iria Anes (1as núpcias) Domingas Rodrigues (2as núpcias)			

1358 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 11, n. 212)	1436 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 26, n. 548)	Martim Anes Bocalvazinho	Maria Lourenço	João	Vasco Afonso	Álvaro Martins
1359 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 27, n. 626)		Pêro Fernandes	Domingas Colares			
1359 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 33, n. 736)	1377 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 20, n. 406)	Pêro Anes	Maria de Arouca			
1361 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 30, n. 681)		Lourenço Domingues	Maria Anes			
1361 (ANTT / Cabido da Sé Coimbra, 2ª inc., m. 87, n. 4113)	1375 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 4, n. 64)	Martim Domingues	Joana Peres			
1366 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 26, n. 527)	1371 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 26, n. 536)	Martim Afonso	Maria Peres			
1366 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 20, n. 402)		Renaldo Domingues	Maria Martins			
1352 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 35, n. 808)	1373 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 31, n. 710)	Vasco Peres	Domingas Anes			
1364 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 26, n. 538)	1366 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 26, n. 537)	Domingos Soares (1ªs núpcias) Martim Domingues (2ªs núpcias)	Marinha Fernandes	Joana Soares		

1366 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 26, n. 533)	1367 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 26, n. 526)	Domingos Martins o Parvo	Maria Anes			
1366 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 26, n. 527)	1382 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 4, n. 83)	Pedro de Caminha	Maria Peres			
1366 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 26, n. 533)		Martim Peres	Lourença Geraldes			
1368 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 2, n. 11)		Pêro Negro	Maria Galego			
1368 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 30, n. 684)	1401 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 19, n. 387)	João Peres de Viseu Ganhandro	Maria Álvares			
1369 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 27, n. 603)		André Domingues	Catarina Martins			
1369 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 21, n. 421)		Domingos Dias	Margarida Anes			
1370 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 20, n. 409)		João Peres	(?) Vicente			
1371 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 4, n. 102)	1381 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 2, n. 20)	(?) Anes	Domingas Lourenço			

1372 (ANTT / Cabido da Sé Coimbra, 2ª inc., m. 26, n. 1094)		Gil Fernandes	Margarida Anes			
1372 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 20, n. 412)	1393 (ANTT / Cabido da Sé Coimbra, 2ª inc., m. 3, n. 141)	João Peres	Antoninha Martins			
1373 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 27, n. 613)	1382	João Afonso	Catarina Fernandes			
1373 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 30, n. 686)	1379 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 33, n. 745)	Martim Peres	Domingas Lourenço			
1373 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 33, n. 737)		Martim Lourenço (1ªs núpcias) Afonso Peres (2ªs núpcias)	Aldonça Peres			
1374 (AUC, Coleg. Santiago de Coimbra, t. III, p. 104)	1376 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 21, n. 426)	Vasco Lourenço Casadinho	Maria Anes			
1375 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 36, n. 830)		João Martins	Sancha Martins			
1375 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 4, n. 68)		Afonso Galego	Maria Gonçalves			
1376 (ANTT / Cabido da Sé Coimbra, 2ª inc., m. 82, n. 3742)		João Gonçalves	Margarida Domingues			

1376 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 21, n. 423v)	1407 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 26, n. 556)	Gonçalo Domingues	Catarina Martins			
1376 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 31, n. 709)	1391 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 33, n. 760)	Gonçalo Anes	Constança Geraldês			
1377 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 20, n. 411)		Vasco Peres	Leonor Anes			
1377 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 27, n. 635)		João Fernandes	Maria Fernandes			
1378 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 5, n. 120)		Pêro Domingues	Maria Afonso			
1378 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 12, n. 284)		João Fernandes Castelo	Margarida Abril			
1379 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 5, n. 118)		Vicente Esteves	Catarina Peres			
1379 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 27, n. 593)		Geraldo Peres	Constança Esteves			
1379 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 31, n. 707)		Vasco Esteves	Marta Domingues			
1379 (ANTT / Conv. Santa Cruz de Coimbra, p. 9, al. 16, m. 2, n. 1)		Antoninho Miguéis	Aldonça Lourenço			

1380 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 2, n. 44)	1409 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 18, n. 381)	João Martins	Catalina Anes			
1382 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 4, n. 83)	1385 (ANTT / Cabido da Sé Coimbra, 2ª inc., m. 26, n. 1093)	João Anes	Maria Domingues			
1385 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 26, n. 543)		Afonso Anes	Margarida Lourenço			
1387 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 23, n. 460)	1405 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 5, n. 135)	Lourenço Esteves	Maria Peres			
1387 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 26, n. 557)	1389 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 21, n. 418)	Martim Peres	Inês Esteves			
1388 (ANTT / Cabido da Sé Coimbra, 2ª inc., m. 80, n. 3497)		Gomes Lourenço	Margarida Lourenço			
1389 (ANTT / Conv. Santa Clara de Coimbra, cx. 4, m. 8, s/n)	1403 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 29, n. 661)	João do Porto	Constança Esteves			
1390 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 27, n. 632)	1391 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 15, n. 313)	Gonçalo Domingues	Maria Martins			
1390 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 12, n. 389)		Afonso Bartolomeu	Margarida Peres			

1390 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 12, n. 389)		João Lourenço	Catalina Geraldès			
1395 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 32, n. 727)		Martim Anes	Joana Martins			
1398 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 4, n. 96)	1400 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 11, n. 206)	João de Elvas	Joana Vasques (1as núpcias) Inês Esteves (2as núpcias)			
1398 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 4, n. 66)		Rodrigo Fernandes	Inês Afonso			
1399 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 11, n. 225)	1412 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 36, n. 819)	Álvaro Martins Bocalvazinho	Inês Martins			
1402 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 32, n. 732)		João da Maia	Maria Domingues			
1405 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 5, n. 135)	1416 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 32, n. 725)	João Domingues	Ana Peres			
1430 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 11, n. 208)		Estêvão Garcia	Maria Garcia (1as núpcias) Leonor Gonçalves (2as núpcias)			
1406 (ANTT / Cabido da Sé Coimbra, 2ª inc., liv. 1, fls. 55-56)		Afonso Lourenço	Catalina Domingues			

1408 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 10, n. 184)		Afonso Domingues	Margarida Peres			
1409 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 32, n. 730)		João Domingues	Guiomar Afonso			
1409 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 18, n. 381)		Gil Vasques	Maria Domingues			
1411 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 4, n. 111)	1413 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 20, n. 410)	João Miguéis	Catalina Vicente			
1416 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 35, n. 810)	1428 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 8, n. 165)	João Esteves	Ana Gil (1 ^{as} núpcias) Guiomar Lourenço (2 ^{as} núpcias)			
1424 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 24, n. 464)	1425 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 24, n. 464)	Fernando Afonso	Leonor Dias			
1430 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 11, n. 208)		Estêvão Garcia	Maria Garcia (1 ^{as} núpcias) Leonor Gonçalves (2 ^{as} núpcias)			
1433 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m.26, n. 563)		Álvaro Peres	Margarida Lourenço			
1434 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 27, n. 583)		Afonso Anes	Maria Afonso			

1434 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 18, n. 367)		João de Sousa	Inês Anes			
1439 (ANTT / Coleg. Santa Justa de Coimbra, m. 4, n. 112)		Fernão Vasques	Catalina Esteves			

Bibliografia

- Alarcão, J. 2008. *Coimbra: A montagem do cenário urbano*, Imprensa da Universidade, Coimbra.
- Alarcão, J. 2009. As judiarias de Coimbra, in *Coimbra Judaica: actas*, Câmara Municipal, Coimbra.
- Alcochete, N. 1981. Porto: Registo paroquial, in J. Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal V*.
- Almeida, F. 1971, *História da Igreja em Portugal*, 2ª ed., IV, Porto.
- Beirante, M. 1995. *Évora na Idade Média*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Campos, M. 2010. O rural e o urbano nas freguesias de Coimbra nos séculos XIII e XIV. *Revista Portuguesa de História* 41: 157-174.
- Campos, M. 2012. *Santa Justa de Coimbra na Idade Média: o espaço urbano, religioso e socio-económico*. tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Coelho, M. 1989. *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa.
- Coelho, M. 1992. Coimbra Tecentista. A Cidade e o Estudo. *Biblos LXVIII*: 335-356.
- Coelho, M. 1994. *A Feira de Coimbra no Contexto das Feiras Medievais Portuguesas*, Inatel, Coimbra.
- Coelho, M. 2008. A construção histórica da multiculturalidade, in Lages, M. e Matos, A. (coord.), *Portugal: Percursos e Interculturalidades*, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, Lisboa.
- Costa, A. 1997-2000. *O Bispo D. Pedro e a Organização da Arquidiocese de Braga*, Irmandade de S. Pedro da Porta Aberta, Braga.
- Curiel Yarza, I. 2009. *La parroquia en el país Vasco-cantábrico durante la Baja Edad Media: Organización eclesíástica, poder señorial, territorial y sociedad*, Serviço Editorial de la Universidad del País Vasco, Bilbao.
- Daveau, S. 2001. A descrição territorial no Numeramento de 1527-32. *Penélope* 25: 7-39.
- Dias, J. 1996. *Gentes e espaços: em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI*, Fundação Calouste Gulbenkian: Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Lisboa.
- Ferreira, M. 2010. *Guimarães: duas vilas um só povo*. *Estudo de história urbana (1250-1389)*. CITCEM e Universidade do Minho (ICS), Braga.
- Ferreira, M. e Grenville, J. 2003. Urban vernacular housing in Medieval Northern Portugal, in Beattie C., Maslakovic A. e Jones S. (eds.), *The medieval household in Christian Europe, c. 850-c. 1550: Managing power, wealth, and the body*. Brepols, Turnhout: 359-389.
- Franco, I. 2003. Les Dynamiques familiales et sociales dans un village de pêcheurs des environs de Porto (1449-1497), in Beattie C., Maslakovic A. e Jones S. (eds.), *The medieval household in Christian Europe, c. 850-c. 1550: Managing power, wealth, and the body*. Brepols, Turnhout: 271-292.
- Freire, A. 1906. Povoação da Estremadura no XVI século. *Archivo Historico Portuguez* VI/7: 241-284.
- Garcia, P. 1913. *João de Ruão: Documentos para a biografia de um artista*, Imprensa da Universidade, Coimbra.
- Gaudemet, J. 1979. *Le Gouvernement de l'Église à l'Époque Classique*, t. VIII, v. 2, IIª patie: *Le Gouvernement Local*. Éditions Cujas, Paris.
- Gomes, S. 2003. *A Comunidade Judaica de Coimbra Medieval*, Inatel, Coimbra.

- Madaíl, A. 1943. Pergaminhos do Arquivo Municipal de Coimbra. *Arquivo Coimbrão* VII: 300-335.
- Mantas, V. 1992. Notas sobre a estrutura urbana de Aeminium. *Biblos* LXVIII: 487-513.
- Mantas, V. 1996. *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*. Faculdade de Letras (tese de doutoramento policopiada). Coimbra.
- Mattoso, J. 1985. A história das paróquias em Portugal, in *Portugal Medieval: novas interpretações*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, pp. 37-57.
- Menjot D. 2002. *Murcia: ciudad fronteriza en la Castilla Bajomedieval*. Casa de Velázquez, Madrid.
- Merêa, P. 1941. Sobre as origens do concelho de Coimbra. *Revista Portuguesa de História* I: 49-69.
- Merêa, P. 1960. Para o esclarecimento de duas questões. *Boletim da Faculdade de Direito* XXXV: 277-291.
- Oliveira, A. 1971. *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*. Faculdade de Letras, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, Coimbra.
- Rodrigues, A. 2006. A formação da rede paroquial no Portugal medievo, in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*, Faculdade de Letras, Porto, pp. 77-82.
- Rossa, W. 2001. *DiverCidade. Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Coimbra (dissertação de doutoramento policopiada).
- Rossa, W. 2006. O Espaço de Coimbra: da instalação da urbanidade ao fim do antigo regime, in Faria, S. e Rebelo, J. (coord.), *Evolução do espaço físico de Coimbra: exposição*, Câmara Municipal, Coimbra, pp. 17-42.
- Saraiva, A. 1995. A propriedade urbana das confrarias e hospitais de Coimbra nos finais da Idade Média. *Revista de Ciências Históricas* X: 155-192.
- Trindade, L. 2002. *A casa corrente em Coimbra: Dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*, Câmara Municipal, Coimbra.
- Trindade, L. 2009. *Urbanismo na composição de Portugal*, Faculdade de Letras, Coimbra.

